

# PARLAMENTO

MATO GROSSO

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

ANO XXVII  
Outubro / 2023  
R\$ 8,90  
EDIÇÃO Nº 08

Edição administrativa do texto original em 5 de outubro de 1960, adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1 a 67/2010, pelo Decreto Legislativo nº 1 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 32/2015.

DO FEDERAL

# CONSTITUIÇÃO

Da República Federativa do Brasil

# Constituição Federal

A maior obra legislativa completa 35 anos

**MAURO CARVALHO JUNIOR**  
Senador comenta sobre investimentos em Mato Grosso

**É trabalho  
sem parar.  
De quem  
ama Cuiabá.**



**80% da cidade  
com esgoto tratado.**

A Prefeitura de Cuiabá vem investindo na ampliação do sistema de tratamento de água e esgoto como nunca. Como reconhecimento desse trabalho, o Instituto Trata Brasil apontou a nossa capital como a cidade brasileira que mais investe em água e esgoto.

Para a prefeitura, o melhor resultado é constatar a melhoria das condições de todos os cidadãos que vivem aqui.



## Garantia de Direitos

Em 2023, a Constituição Federal aniversariou os 35 anos de promulgação. Foi no Parlamento que a sociedade brasileira acompanhou a esperança ser implementada pelas mãos do ícone Ulysses Guimarães. Figura pública que leva homenagens em diversos cantos do país e do mundo. A edição deste mês, homenageia a criação deste importante documento para a democracia brasileira.

Ao longo das décadas, o texto sofreu diversas modificações, mas independentemente do curso político

que o Brasil leva, precisamos reconhecer que é por meio da Constituição Federal que garante os direitos dos indivíduos. É por meio deste documento que teoricamente - organiza o Estado, estabelecendo, a separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Por reconhecer esta importância, que destacamos nas próximas páginas um memorial e um convite para as reflexões sobre os caminhos que o Brasil precisa percorrer para que mantenha ordem e progresso.

Boa leitura

**Hulda Rode**  
Editora-Geral

## RESUMO

- 06 | OPINIÃO | Rócio Barreto
- 07 | CAPA | Constituição Federal completa 35 anos
- 10 | Entrevista - Senador Mauro Carvalho Junior
- 10 | BANCADA FEDERAL | Projeto recompõe créditos rurais
- 12 | BANCADA FEDERAL
- 14 | BANCADA FEDERAL | Notas
- 19 | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
- 22 | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA | Notas
- 27 | CÂMARAS MUNICIPAIS Eleições 2024
- 28 | CÂMARAS MUNICIPAIS | Notas



VOCÊ PODE  
SER MUITOS.



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO



# 35 anos de Constituição Federal

Rócio Barreto

Falar da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, nos remete ao Brasil desigual, esta DF veio para trazer equidade. É a CF da redemocratização, promulgada após um longo período de ditadura militar, marcando a redemocratização do país e o retorno dos direitos civis e políticos.

Tem garantido direitos fundamentais e garantias individuais, sociais e coletivas, incluindo direitos à igualdade, liberdade de expressão, educação e saúde. Fortaleceu a cidadania ao promover a participação popular e a descentralização do poder, criando mecanismos como referendos, plebiscitos e iniciativa popular.

Introduziu políticas sociais e econômicas que visam reduzir as desigualdades no Brasil, promovendo o bem-estar social. Incluiu disposições para a proteção do meio ambiente, reconhecendo a importância da preservação ambiental, fortaleceu o sistema judiciário e sua independência, contribuindo para a aplicação efetiva da lei e a proteção dos direitos dos cidadãos.

Reconheceu os direitos dos povos indígenas, incluindo sua demarcação, que mesmo após 35 anos, ainda traz disputas judiciais. Avançou na promoção da igualdade de gênero e na proteção dos direitos das mulheres. Garantiu direitos e proteção para minorias étnicas, religiosas e outros grupos marginalizados.

A Constituição do povo representa um marco na história brasileira, pois estabelece os princípios e valores fundamentais do país.

Definiu o sistema de governo como uma república democrática, estabelecendo os poderes, suas atribuições e limites, garantindo sua separação. Estabeleceu amplos direitos e garantias individuais, em principal o direito ao voto, regulando o sistema e a manutenção do sufrágio universal, contribuindo para a consolidação da democracia. Há algumas coisas que poderiam ter sido evitadas, como detalhamento, com muitos dispositivos, a inflação constitucional, sistema tributário complexo, rigidez Orçamentária, insegurança jurídica e um certo populismo.

Contudo, essa é a Constituição do povo, que se cumprida, dá condições de vida com qualidade a todos, garante a democracia.

E essa é a nossa constituição. Parabéns, Constituição Federal pelos seus 35 anos de luta, sonhos, felicidades e alegrias. Adelante!!

**Rócio Barreto** é graduado em Ciência Política e Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); especialista em Negociação Coletiva e Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); especialista em Gestão por Resultados, Produtividade e Inovação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); especialista em Marketing Político pelo Centro de Altos Estudos Max Weber. É diretor da Royal Politics Consultoria e Marketing Político.



O presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, no dia da promulgação do texto.

Foto: Arquivo/Agência Brasil

# Constituição Federal completa 35 anos

Marcada pela participação popular, Carta Magna de 1988 pôs fim a 21 anos de ditadura militar

Alex Rodrigues, Graça Adjuto e Agência Senado

Fruto do processo de redemocratização que pôs fim a 21 anos de ditadura (1964/1985), a Constituição Federal brasileira completou 35 anos. Em vigor desde 5 de outubro de 1988, a atual Carta Magna é o sétimo texto constitucional promulgado desde 1824, quando o imperador D. Pedro I impôs ao país seu primeiro conjunto de leis, normas e regras gerais.

Ainda que o texto aprovado pelos constituintes já tenha sofrido 143 modificações (131 delas por meio de emendas regulares; seis por emendas aprovadas na revisão constitucional de 1994 e outras seis por força da adesão do Brasil a tratados internacionais sobre direitos humanos), a atual Constituição já é a segunda mais longa desde a

Proclamação da República, em 1889, perdendo apenas para a segunda Carta, que vigorou por 43 anos, de 1891 e 1934.

Por ter ampliado as liberdades civis e os direitos individuais, estabelecendo o dever do Estado de garanti-los a todos os cidadãos e definir o Brasil como um Estado Democrático de Direito fundado na soberania nacional, cidadania, dignidade humana, pluralismo político e nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o texto passou a ser chamado de A Constituição Cidadã.

Em seu discurso na sessão de promulgação da nova Constituição, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte,

advertiu que a recém-promulgada Carta não era “perfeita”. “Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca”, declarou. “Traidor da Constituição é traidor da pátria. (...) Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações. Principalmente na América Latina.”

“A Constituição de 1988 é fruto da redemocratização e da instituição da ordem democrática do país”, comentou a então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, pouco antes de se aposentar e deixar a magistratura, no fim de setembro.

Popular

Outra razão para que, após três décadas e meia de profundas mudanças sociais e culturais, o texto de 1988 continue sendo chamado de A Constituição Cidadã é o fato de segmentos populares terem, de forma inédita, participado de sua elaboração.

No regimento que regulamentava o funcionamento da Assembleia Constituinte, os parlamentares fizeram constar, entre outras coisas, a determinação de que os constituintes deveriam acolher e analisar as sugestões de órgãos legislativos estaduais e municipais, bem como de entidades associativas e tribunais. E, principalmente, apreciar emendas populares com mais de 30 mil assinaturas de eleitores e respaldadas por três entidades.

Cento e vinte e duas emendas populares que, juntas, receberam cerca de 13 milhões de subscrições, foram apresentadas à Comissão de Sistematização. Oitenta e três delas cumpriram todos os requisitos regimentais, mas apenas 19 receberam parecer favorável e chegaram a integrar a Constituição, resultando na aprovação de importantes mecanismos legais, como o que prevê a possibilidade da sociedade organizada propor à Câmara dos Deputados um projeto de lei.

Outro canal de participação popular foi criado pelo Senado ainda em 1986. Ou seja, meses após o então presidente da República José Sarney propor ao Congresso Nacional a convocação de uma Assembleia Constituinte e antes mesmo desta ser instalada, em fevereiro de 1987. Em uma época em que o Brasil ainda não estava conectado às primeiras redes que interligavam apenas computadores de institutos de educação e pesquisa e em que a internet ainda parecia coisa de ficção científica, o Senado decidiu disponibilizar, nas agências dos Correios de todo o país, formulários para que os interessados enviassem sugestões,



Foto: Arquivo/Agência Brasil



Foto: Arquivo/Agência Brasil

O dia da promulgação do texto

comentários e críticas aos 512 deputados federais e 82 senadores encarregados de redigir a Carta Magna - incluídos os suplentes.

“Foi um marco histórico e acho minha atitude louvável, pois, na época, tudo era uma dificuldade. Principalmente nas regiões mais distantes, carentes, os direitos sociais da população eram negados”, lembrou o aposentado Afonso Marques de Sousa, autor de uma das mais de 72 mil mensagens que cidadãos enviaram ao Congresso Nacional durante os 20 meses de funcionamento da Assembleia Constituinte.

Na época, Afonso tinha cerca de 27 anos de idade, o ensino médio completo e morava em Sousa, no interior da Paraíba. Filho de um ex-dirigente partidário municipal, já compreendia um pouco dos meandros da política, embora só após a redemocratização tenha decidido ingressar na vida pública, elegendo-se vereador em 1989. “Até então, não existia essa coisa de SUS [Sistema Único de Saúde], de remédio gratuito, de atenção às gestantes e à infância. Tudo era pago, comprado. É a Constituição que, hoje, garante isso a todo cidadão que precisa”, destacou.

Ao ser entrevistado pela Agência Brasil, às vésperas de a

Constituição completar 35 anos, Sousa não recordava o teor da mensagem que enviou ao Congresso Nacional. Lembrado de que, no texto, ele lamentou a morte do presidente Tancredo Neves (que foi substituído por seu vice, Sarney, a quem coube convocar a Assembleia Constituinte); manifestava o desejo de que o texto constitucional trouxesse “tudo de bom e felicidade para a sociedade brasileira” e identificava o trabalho dos constituintes como a base para que os brasileiros pudessem viver “uma vida melhor”, o aposentado avaliou que muitas de suas expectativas foram atingidas.

“Houve uma participação popular e a democracia garantiu que indivíduos, grupos e associações tivessem direito não só à representação política, mas a participar e defender seus direitos. Muita coisa ficou [por] complementar [no texto constitucional]. Muitas brechas ficaram abertas e ainda há muito o que fazer, mas a Constituição deu muitas oportunidades [direitos], principalmente aos mais pobres. Até a censura acabou, para que a imprensa tivesse voz”, destacou Afonso, lembrando que a Carta Magna veda “toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística” e qualquer mecanismo legal que “possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”. “Os constituintes reestruturaram até o Poder Judiciário, que ganhou mais autonomia administrativa e financeira.”

### Princípios

Mencionada por Sousa em sua mensagem, a palavra felicidade foi citada por outros cidadãos em suas contribuições aos constituintes - que, priorizando a objetividade, não a incluíram no texto constitucional, optando por estabelecer que o Estado Democrático e a ordem social buscam assegurar o bem-estar social. A preocupação com o bem-estar aparece oito vezes na redação atualmente em vigor.



Foto: Roneu de Sá/Agência Senado

*O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, da Câmara, Arthur Lira, do Supremo, Roberto Barroso, e o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, entre outras autoridades, repetem o gesto histórico de Ulysses.*

A engenheira química e empresária Ivonice Aires Campos Dias foi uma das pessoas que destacaram a importância da felicidade. Em sua mensagem, ela apontou a educação como prioridade e elencou valores como liberdade, confiança, estabilidade, eficiência e justiça como metas a serem perseguidas.

“Não me lembrava mais das palavras, mas, hoje, eu escreveria igualzinho”, afirmou Ivonice após a reportagem lembrá-la do teor da mensagem escrita em novembro de

1986, quando ela, casada, mãe de três filhos e experiente profissional de dois setores até hoje caracterizado pela pouca presença feminina (mineração e energia), decidiu dar sua “modesta, mas generosa contribuição”.

“Eu hoje presido o Conselho da Mulher Empresária, da Associação Comercial do Distrito Federal, e temos esses mesmos valores como princípios. É muito bom rever [a mensagem] e verificar que isso faz parte da minha trajetória. E que muito daquilo que desejávamos vem se realizando”,

“ Mais que um texto normativo, a Constituição é uma carta de promessas endereçadas à população brasileira. Podemos dizer que a sociedade vence a cada dia desses 35 anos de nossa Constituição, que é vivida e reafirmada como uma norma jurídica fundamental de uma democracia sólida e amadurecida”, disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. ”



comentou a empresária que, ao longo dos anos, ocupou importantes cargos na iniciativa privada e no setor público, incluindo a Secretaria de Articulação e Parcerias do extinto Ministério da Cidadania. “O momento da Constituinte foi de muita alegria, euforia e esperança.

O texto aprovado não só permitiu a condução do Brasil para o processo democrático, como contribuiu para as melhorias em termos de qualidade de vida e segue nos orientando e inspirando até hoje”, disse Ivonice antes de comentar as mudanças que o texto original sofreu ao longo dos anos e o processo de regulamentação de vários artigos constitucionais. “Há um espaço importante que integra o processo de aperfeiçoamento e adaptação de um país. E muito o que ser feito, mas considero que nossa população, nosso país, vem evoluindo de maneira muito bonita. E com as oportunidades que as novas tecnologias nos oferecem, creio que estamos prontos para evoluir ainda mais e a Constituição segue sendo um norte”, concluiu Ivonice.

#### **Celebração**

No dia 5 de outubro, o Congresso Nacional promoveu uma

sessão solene que contou com a presença de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que destacaram o papel da Carta Magna como um marco na redemocratização do país, após mais de duas décadas de ditadura militar. O presidente da Mesa do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, classificou a Constituição de 1988 como “a carta símbolo do amor dos brasileiros pelo seu país”.

“Mais que um texto normativo, a Constituição é uma carta de promessas endereçadas à população brasileira. Podemos dizer que a sociedade vence a cada dia desses 35 anos de nossa Constituição, que é vivida e reafirmada como uma norma jurídica fundamental de uma democracia sólida e amadurecida”, disse.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que atuou como deputado federal constituinte, lembrou a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987. Para Alckmin, que representou Lula na solenidade, a Constituição de 1988 é “a maior obra legislativa já realizada em benefício da nação, fonte

de todos os direitos e matriz da nossa união”. “Uma nova Constituição para um novo tempo, que significava um novo pacto e um novo compromisso. Um pacto de conciliação com mais justiça e igualdade e um compromisso com a liberdade. Deste modo, foi assim restituído o Estado Democrático de Direito entre nós”, afirmou.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, destacou a “estabilidade institucional e monetária” e “a expressiva inclusão social” como conquistas da Constituição Cidadã, após “uma tradição republicana de golpes, contragolpes e rupturas da legalidade constitucional”. Para o magistrado, 35 anos após a promulgação, o país ainda convive com obstáculos que precisam ser superados.

“Temos desafios que ainda persistem: combate à pobreza extrema, desigualdades abissais e índices de violência urbana que ainda precisamos enfrentar. Temos andado na direção certa, ainda quando não na velocidade desejada. O futuro atrasou um pouco, mas ainda está no horizonte”, disse.

# De Brasília para Mato Grosso

Senador Mauro Carvalho Junior fala sobre as ações que estão sendo implementadas em Mato Grosso



Senador Mauro Carvalho  
(União Brasil).

Foto: Divulgação

Sérgio Harger, da TV Senado, com transcrição de Andreza Nunes

**I**nvestimentos da nova fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em rodovias e ferrovias do Mato Grosso são fundamentais para escoar a produção. Em entrevista publicada originalmente na TV Senado, o senador Mauro Carvalho Junior (União-MT) comenta que o governo federal anunciou mais de R\$ 60 bilhões para obras no estado, sendo R\$ 24 bilhões para transporte e o governo estadual está investindo novos hospitais. O senador acredita que a parceria dos governos federal e estadual vai ajudar no desenvolvimento do Mato Grosso e fala ainda sobre impactos da Reforma Tributária e desafios para impulsionar o turismo. Confira a entrevista na íntegra:

Em seu primeiro discurso no Senado, o senhor mencionou que uma das suas bandeiras seria a reforma tribu-

tária. Uma reforma tributária que seja justa e atenda o interesse público. Como o senhor avalia os impactos dessa reforma, se for aprovada, para o seu estado?

Quando tomei posse no Senado fazia alguns dias que a reforma tributária tinha sido aprovada na Câmara Federal. A minha preocupação era que nós encontrássemos um equilíbrio entre os estados produtores e exportadores, que é o caso do Mato Grosso, e os estados consumidores. Apesar da dimensão do Estado do Mato Grosso, nós temos apenas 3 milhões e setecentos mil habitantes. É pouco consumo, mas muita produção. E esse equilíbrio é fundamental para que o Senado Federal deixe um legado para a sociedade brasileira e com muita responsabilidade.

Eu não vi na Câmara Federal,

que foi aprovado de uma forma muito rápida, ninguém defendendo os trabalhadores, a classe média brasileira, as classes menos favorecidas. Essas pessoas não tiveram a oportunidade ali na Câmara Federal de realmente expressar sua preocupação. E hoje no Senado, por intermédio do nosso relator Eduardo Braga, todos os segmentos da sociedade estão sendo ouvidos nas audiências públicas que acontecem nas comissões de constituição e justiça e de assuntos econômicos.

Hoje o Senado está ouvindo toda a sociedade brasileira, sabendo no detalhe, quais são os impactos na economia, no setor produtivo, na classe trabalhadora, na classe pobre brasileira. Que realmente a gente tenha a obrigação, dentro do Senado Federal, junto com os demais senadores, de aprovar uma

reforma tributária que não vá trazer impacto financeiro na vida da sociedade brasileira, na vida dos brasileiros. Nós temos esse compromisso e esse compromisso com o governo federal de não haver aumento da carga tributária.

O governo federal anunciou um investimento em obras de mais de 60 bilhões para o MT na nova fase do PAC, programa de aceleração do crescimento. Estamos falando da Ferrogrão, falando também de novos trechos da BR 158 e 244, entre outras melhorias em rodovias. Qual a importância dessas obras para o desenvolvimento dessa região?

O governador Mauro Mendes quando assumiu sua gestão em janeiro de 2019, e eu naquela oportunidade também assumi, fazendo parte da sua equipe como secretário da Casa Civil, o governo do estado estava literalmente quebrado, eu ajudei a concertar esse estado. Com folhas de pagamento atrasadas, salários parcelados, com fornecedores atrasados, era um verdadeiro caos. Encaminhamos para a assembleia legislativa 5 projetos de lei, a assembleia legislativa foi fundamental para dar um norte para a gestão do governador Mauro Mendes com esses projetos de lei, e eles passam por uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Com isso, o governador Mauro Mendes junto com sua equipe, trouxe o reajuste fiscal tão sonhado para todos os mato-grossenses.

E nesses 4 anos do primeiro mandato, o governador Mauro Mendes entregou para a sociedade mato-grossense 2.500 quilômetros de asfalto, isso foi um verdadeiro recorde, não só para o Mato Grosso, mas para o Brasil. A união entregou menos de 500 quilômetros. Chão virando asfalto, isso foi um impacto muito grande. Mas nós temos ainda mais de 20 mil quilômetros para ser asfaltado no estado de MT. No Mato Grosso cabem três estados de São Paulo, para verem a dimensão que é. Esses investimentos que vêm nas BRs, nas rodovias federais, a 158, 242 e a 080 é fundamental para o escoamento da nossa produção.

Nós tivemos juntos com nosso ministro Renan, com o Diretor geral do DNIT Fabrício, realmente cobrando essas licenças, também estivemos junto com o presidente do Ibama Rodrigo Augustin, com boas notícias de que a licença da BR 080 está faltando alguns

ajustes para ser concretizado, já foi entregue uma parte da 158 e da 242 o lote A ainda está sendo discutido alguma coisa de trecho, que deverá ser alterado em função de impactos indígenas e deverá ser concluído também.

São investimentos necessários para o Estado do Mato Grosso, e com isso também a Ferrogrão, o estudo de implantação que foi aprovado, que é a ferrovia que liga ao arco norte, isso trará uma diferença muito grande nos custos da nossa produção, porque o frete tem um impacto muito forte e isso inibe o produtor brasileiro nas suas importações e deixa de ter até preços competitivos. Esse investimento na infraestrutura faz total diferença na vida do brasileiro, porque a produção do Mato Grosso representa muito na nossa balança comercial. E paralelamente a isso, o governador Mauro Mendes está investindo na construção de 6 novos hospitais, não existe nenhum estado brasileiro hoje, fazendo isso.

E hospitais no caso de Cuiabá, que é o hospital central, quase 300 leitos, é um mega hospital. Você vai chegar no hospital de Cuiabá e se sentir no hospital Israelita Albert Einstein em São Paulo, no Sírio Libanês com a infraestrutura que está sendo montada. Os melhores equipamentos que existem no planeta estão sendo colocados nesse hospital central. Fora os outros 4 hospitais regionais.

O investimento hoje no Mato Grosso é de 19,26% da sua receita corrente líquida. É o estado que mais investe percentualmente sob sua receita corrente líquida, isso tem feito uma diferença muito grande e essa parceria com o governo federal, com essas obras do PAC, vai realmente trazer uma melhor qualidade de vida para todos os mato-grossenses, melhorando a nossa produção. E não só a produção, nessas estradas passam ambulâncias, carregando pessoas que têm necessidade, passam estudantes da zona rural para o deslocamento à escola. Existe todo um contexto em

cima dessa infraestrutura que está sendo investido. Nós só temos a agradecer muito ao governo federal por ter incluído essas obras tão importantes para o desenvolvimento e crescimento de Mato Grosso.

A construção de novos hospitais, um investimento de mais de 800 milhões nesses 6 novos hospitais a população vai esperar a modernidade, ampliação do atendimento, inclusive alcançando aquele cidadão que reside mais no interior. O senhor acredita que com esses hospitais prontos, o nível de qualidade da saúde do estado vai alcançar o nível que a população almeja?

Não tenho dúvidas em relação a isso. Além dos 800 milhões, nós temos os investimentos em equipamentos que estão investindo praticamente um outro valor igual a esse. Com certeza a população de Mato Grosso, com a inauguração desses hospitais, terá uma grande diferença nos serviços prestados na saúde para todos que necessitam da saúde. Quando falamos em saúde, eu tenho um plano de saúde, então você acaba indo





em um atendimento um pouco diferenciado com a saúde pública. Quem sente mesmo a saúde, são as pessoas que têm necessidade de atendimento no posto de saúde, nas Upas, nos hospitais regionais, municipais e é isso que temos que olhar, para essas pessoas que realmente precisam da saúde pública.

O governo tem a sua obrigação, pela constituição, de entregar para a sociedade brasileira e para a sociedade mato-grossense o melhor de saúde possível, igual um serviço de saúde particular, é essa a obrigação do estado, da união. É isso que o governador tem feito. Na sua primeira campanha, que foi reeleito no ano passado, ele colocou que gostaria de ser lembrado como o governador da saúde por isso todos esses investimentos. Nós assumimos a Santa Casa de Cuiabá numa intervenção que fizemos. O governador e sua equipe, o secretário de saúde Gilberto Figueiredo, tem se preocupado muito com os investimentos e nunca foi feito tantos investimentos nos últimos 4 anos na área de saúde, como foi feito na gestão de Mauro Mendes. É o suficiente? Não, ainda

temos um dever de casa muito grande para melhorar o atendimento da saúde no estado. Evoluímos muito, mas ainda temos muita coisa para evoluir, e esses hospitais a partir das suas inaugurações, irão contribuir muito com a melhoria dos serviços prestados na área de saúde.

O Mato Grosso é responsável por alavancar o agronegócio do país, do Brasil, estamos falando da liderança, por exemplo, na produção de milho, soja, bovinos, algodão. Como o senhor avalia o papel do seu estado no cenário econômico nacional?

Primeiro temos que enaltecer essas pessoas, que são os mato-grossenses que nasceram no estado e os que migraram. São pessoas inovadoras, corajosas, que foram desenvolver, inclusive, produção no cerrado, onde as pessoas qualificadas olhavam e diziam que não iria produzir, e hoje são as áreas mais valorizadas de Mato Grosso. Essas pessoas desbravaram, por isso que eu sempre tenho defendido os produtores rurais aqui no Senado, independente do seu tamanho, daquela agricultura familiar

até o mega produtor, porque essas pessoas, realmente, estão trazendo para o planeta a segurança alimentar, que hoje é tão discutida em todas as conferências mundiais.

Mato Grosso produziu mais de 100 milhões de toneladas. O único estado brasileiro que tem a capacidade de dobrar sua produção sem derrubar uma árvore, só em áreas degradadas de pastagens é Mato Grosso. Nós preservamos hoje 62% do nosso território, igual Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil em 1500, isso é um exemplo no mundo. O mundo não tem como competir com a sustentabilidade do MT e do Brasil. Nosso Código Florestal é o código mais rígido do mundo. Não existe um código florestal igual e rigoroso como o nosso, nós somos exemplos de sustentabilidade, de inovação e tecnologia, hoje a nossa produção do agro compete com o mundo todo. A nossa eficiência do agro são verdadeiras empresas, independente do seu tamanho.

Quando você visita qualquer propriedade rural, você fica encantado com o profissionalismo e com a eficiência dessas pessoas, comprometidas com a sua produção. Mato Grosso é um exemplo, é um estado de oportunidades, é um estado que ainda pode receber muitos imigrantes porque tem espaço para muitas coisas serem desenvolvidas, principalmente na nossa agroindústria, que temos muita coisa ainda para industrializar essas commodities, agregar



valor nas nossas exportações. Nós começamos a produzir etanol de milho há quase 5 anos, nós somos o maior produtor do país, olha o impacto disso. Estamos falando de uma atividade de 5 anos para cá. Isso tem feito uma grande diferença na geração de emprego, na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida de todos os mato-grossenses.

Esse espaço para crescimento esbarra, entre outras questões, na logística que comentamos aqui, rodovias, ferrovias. O senhor iniciou seu mandato em julho deste ano aqui na casa, como o senhor pretende atuar na prática para garantir que esses obstáculos sejam superados?

Nós temos trabalhado muito aqui dentro do Senado, principalmente agora na reforma tributária. O estado do Mato Grosso é o que mais perde, dos 27 estados da união, o MT é o último. Se colocarmos no valor presente de hoje, até 50 anos. Não só eu e o senador Mauro Carvalho, mas a senadora Margaret Buzzeti, o senador Jânio Campos tem trabalhado aqui dentro do Senado para a gente manter o que conquistamos até hoje, não podemos abrir mão do que conquistamos. Um estado que está em pleno desenvolvimento não pode perder suas receitas. Porque é um estado que carece de investimento em todas as suas áreas, em todos os seus pilares.

Temos trabalhado dentro do Senado Federal para manter as nossas receitas, não só do estado do MT, mas como dos municípios porque eles também têm perda nessa, da forma que foi aprovado na Câmara federal, os municípios também estão preocupados, os prefeitos também. Teve uma sessão

temática no Senado com todos os prefeitos das capitais brasileiras, para discutir o impacto, com a presença do Rodrigo Pacheco, com a presença do senador Eduardo Braga, relator da matéria da reforma tributária, existe uma preocupação muito grande. Nós temos que procurar esse equilíbrio entre o estado produtor e o consumidor, e é isso que temos feito diariamente.

Outra área que o senhor apoia e vem buscando alternativas para melhorias no seu estado é a educação, como é o exemplo da criação e implantação de um campus da Unemat, Universidade do Estado de Mato Grosso, na cidade de Rondonópolis. Quais são os próximos passos para a melhoria do ensino em MT?

Esse foi um avanço muito grande, o prefeito de Rondonópolis José Carlos do Pátio, junto em algumas compensações com empresários da cidade, montou um campus maravilhoso. Há dias atrás nós formalizamos um convênio que o governador Mauro Mendes deve assinar em breve, entre a universidade e a prefeitura da cidade, cedendo toda essa estrutura para a implantação de um campus, e dentro deste termo de comparação deverá ser implantando no máximo em 5 anos. Uma estrutura muito bem montada, maravilhosa.

Nós vamos tirar os alunos da universidade de MT, que hoje frequentam as escolas estaduais e municipais no período noturno, colocando para eles um ambiente muito mais favorável com laboratórios. Todas as pesquisas mundiais dizem que o ambiente de trabalho quando é bem montado, bem estruturado, as pessoas acabam produzindo 30% a

mais, e é isso que nós esperamos desses estudantes. Mas isso não é só na área de ensino superior, nós tivemos agora 100 alunos da rede estadual distribuídos em todos os municípios do estado, que foi uma prova que aconteceu de forma regional, no intercâmbio com a Inglaterra, junto com professores, totalmente inovador.

Tiveram alunos da zona rural que saíram campeões da prova. Foi feito uma prova de qualificação para essas pessoas, que caminhavam 10km, depois pegavam ônibus, iam para a escola e quando voltavam, porque todos os alunos da rede estadual do Mato Grosso receberam um Chromebook do governo do estado, para conseguir a internet, ele subia no telhado da casa dele para baixar os programas, para que ele pudesse ter a oportunidade de estudar, fazer a prova e se classificar e se classificou. É um diferencial muito grande.

A Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, tem um contrato junto com o estado de Mato Grosso da parte de apostilamento, as mesmas apostilas, o mesmo material das melhores escolas privadas do país, hoje a rede estadual de ensino recebe o mesmo material, a parte de uniformes, não apenas calça e camisa, mas tênis, mochila, tudo de equipamentamento escolar, agasalhos. Dos 27 estados da federação, nós éramos o vigésimo sétimo no índice do Ideb, apesar de termos os melhores salários do Brasil. Hoje nós somos o décimo oitavo, a educação é um trabalho de longo prazo, mas o governador tem um compromisso de entregar no seu segundo mandato, de colocar Mato Grosso entre os dez melhores na qualidade de ensino público do país.

Falando sobre um projeto de lei que o senhor apresentou aqui na Casa, está em análise no Senado que versa sobre o incentivo a reinserção de idosos no mercado de trabalho, isentando FGTS, contribuição previdenciária, sobre o salário desses empregados aposentados, conta para a gente como isso pode beneficiar a população?

Esse projeto é a minha menina dos olhos, tenho um carinho total por esse projeto de lei. É um projeto que visa a inclusão de volta ao mercado de trabalho das pessoas aposentadas. Tem até senadores, Magno Malta deu a sugestão de colocar esse projeto de lei com o nome do último emprego, porque são só para as

pessoas aposentadas, nós não iremos propor aqui tirar emprego de ninguém, são para novas vagas de empregos. Ou seja, se eu gerar 10 empregos na minha empresa, e eu vou contratar o décimo primeiro, eu posso contratar um aposentado.

Eu como empresário contratando, não vou ter nenhum pagamento para Fundo de Garantia e nem INSS. O aposentado também não deverá pagar INSS, porque ele já paga sua aposentadoria. E em uma rescisão trabalhista, também não existe nenhum tipo de multa. Isso com certeza trará oportunidade para essas pessoas experientes, capacitadas, amadurecidas. E uma coisa extremamente importante é a transferência de conhecimento dessas pessoas para os mais jovens, isso fará total diferença. Em Mato Grosso, por exemplo, o índice de desemprego hoje é de 3%, pelos critérios internacionais, 3% é emprego pleno, e nós temos milhares de aposentados dentro de casa. Nós queremos atrair de volta essas pessoas para o mercado de trabalho.

Os departamentos de RH hoje, quando fala de aposentado, ele colocando a ficha ali, já existe uma rejeição, um preconceito muito grande. Mas nós acreditamos com esse projeto de lei, criando esse incentivo, que essas pessoas deverão voltar ao mercado de trabalho. É uma coisa extremamente importante, você está em uma vida ativa, de repente você vai para casa começa a desenvolver depressão, doenças, isso acaba dando muita despesa para o sistema único de saúde. Convívio familiar, com esposa, filhos, netos, cria um ambiente que não é muito favorável. Nós queremos que essas pessoas tenham de novo a oportunidade de voltar para o mercado de trabalho.

Na Comissão de Assuntos Sociais que está tramitando esse projeto de lei, e é um projeto terminativo, na última reunião que tivemos houve um debate amplo, ali foi unanimidade, todos os senadores aprovaram esse projeto, então nós acreditamos que nos próximos dias deverá ser colocado em votação, voltando para o Senado e encaminhado para a Câmara Federal para votação. Nós esperamos que esse seja o maior legado do senador Mauro Carvalho aqui dentro do Senado Federal, contribuindo com mais de 17 milhões de aposentados hoje que estão dentro de casa. O total de



brasileiros e brasileiras aposentados hoje é de 22 milhões de pessoas, 5 milhões continuam trabalhando, essas pessoas terão oportunidade de voltarem para o mercado de trabalho e continuar contribuindo com seu município, com seu estado e com o país.

O MT possui biomas pantanal, cerrado e Amazônia, mas ainda assim é pouco explorado, pouco conhecido por turistas brasileiros e também estrangeiros. Qual o segredo para aquecer o turismo no seu estado?

Eu estava almoçando com o embaixador da Áustria e eu perguntei como a Áustria enxergava o Brasil. Ele disse que o maior problema do Brasil é a segurança, o dia que o Brasil proporcionar segurança que todos esperam de um país desenvolvido, vocês serão a maior potência mundial do turismo. Nós recebemos muito pouco turista no país, porque tem cidades que você tem preocupação de visitar até como brasileiro, imagina o turista de outros países com as notícias que são vinculadas lá fora, tem que ter coragem para vir para o Brasil. Nós precisamos proporcionar esse ambiente favorável, e o Mato Grosso está nesse caminho.

O governador Mauro Mendes tem todo um plano estratégico de desenvolvimento do turismo. Estamos construindo no Mato Grosso o maior parque, que se chama Parque Novo Mato Grosso, não existe nada parecido no Brasil, envolvendo autódromo, a maior roda gigante do país, com agro plays, com

dinâmica, com áreas de eventos, shows, um complexo maravilhoso. Estamos aqui com um projeto de lei tramitando no Senado Federal, da estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, com investimento de mais de 200 milhões.

Investimentos na cidade de Santo Antônio com a orla de Barão de Melgaço, com a orla de Santo Antônio, com investimentos na cidade de Bom Jardim, Nobres e Rosário. São vários investimentos, também em Araguaia estamos fazendo investimentos, para que realmente atraia o turista brasileiro e o internacional. Tem um filme rodando no Pantanal mato-grossense sobre a vidas das onças, tem até alguns nomes que foram dados para algumas onças, um filme que vai ser rodado no mundo inteiro.

Nós temos que atrair realmente a indústria do turismo, que é uma indústria sustentável, não tem punição na indústria do turismo, temos que criar um ambiente, não só no MT, como no Brasil, para atrair esse mundo, que traz muito emprego, muito recurso para todas as cidades, para todos os estados e para todo o Brasil. É um trabalho que o governador Mauro Mendes tem feito, junto com a sua equipe, criando esse ambiente favorável para a atração de todos os turistas.

## Projeto regula prorrogação e recomposição de créditos rurais

Relatoria da deputada federal Coronel Fernanda defende que a medida assegura uma política de desenvolvimento regional justa para os agricultores

Da Redação

A deputada federal, Coronel Fernanda (PL-MT), irá apresentar seu voto sobre o Projeto de Lei 8676/2017, de autoria da ex-senadora Ana Amélia, que acrescenta o Capítulo VI-A à Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para instituir os procedimentos de prorrogação e de recomposição de débitos de crédito rural. O parecer da relatora do projeto foi exposto durante a sessão da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE) na Câmara Federal.

A proposta garante a prorrogação de crédito rural, com os mesmos encargos financeiros, ao mutuário que demonstrar à instituição financeira a incapacidade de pagamento devido a fatores climáticos, dificuldades de comercialização dos produtos ou outro fato prejudicial ao desenvolvimento da atividade.

Entretanto, para ter o direito ao prolongamento do crédito é necessário levar ao banco onde se tomou o empréstimo, documentos como laudos técnicos ou decretos de emergência reconhecidos pelo poder público federal, demonstrativos de receitas e despesas acompanhados dos respectivos comprovantes e outros que a instituição financeira julgue necessários, desde que a sua não apresentação não comprometa a análise do requerimento.

Conforme a relatora, é de suma importância que haja a renegociação e recomposição dos débitos rurais, conforme os casos previstos na legislação, para que se assegure uma política de desenvolvimento regional justa para o setor.

“A repactuação de dívidas rurais se constitui em um importante instrumento de reorganização financeira para o produtor, porém, as alterações nos encargos financeiros das operações de crédito, muitas vezes, dificultam a quitação dessas parcelas.



Deputada federal  
Coronel Fernanda  
(PL-MT)

Foto: Câmara dos Deputados

A melhor saída em situações de reajuste na taxa de juros indispensável é que esse novo percentual seja aplicado apenas à parcela prorrogada, de modo que as demais parcelas permaneçam nas mesmas condições de taxas acordadas anteriormente e o cronograma de pagamento seja mantido”, defende coronel Fernanda.

### Tramitação

Além da CINDRE, a proposição passará por análise na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

“A repactuação de dívidas rurais se constitui em um importante instrumento de reorganização financeira para o produtor, porém, as alterações nos encargos financeiros das operações de crédito, muitas vezes, dificultam a quitação dessas parcelas. A melhor saída em situações de reajuste na taxa de juros indispensável é que esse novo percentual seja aplicado apenas à parcela prorrogada, de modo que as demais parcelas permaneçam nas mesmas condições de taxas acordadas anteriormente e o cronograma de pagamento seja mantido”, defende coronel Fernanda.

## Medeiros critica Lula e diz que bancada ruralista vai derrubar vetos



O deputado José Medeiros (PL), que é membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defendeu que o Congresso Nacional derrube os vetos do presidente Lula (PT) ao projeto de lei que institui o marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Para Medeiros, o veto ao marco temporal é uma decisão insana, um desrespeito à soberania do país. O parlamentar informou que a FPA já está mobilizando sua bancada, que é composta por 303 deputados federais e 50 senadores, para derrubar os vetos do presidente da República.

## Juarez afirma que MDB segue trabalhando para fortalecer eleições municipais



O deputado Juarez Costa (MDB), vice-presidente do partido em Mato Grosso, disse à imprensa que a agremiação trabalha para ter candidatura a prefeito, vereadores e vice-prefeitos na maioria dos municípios nas eleições de 2024. O parlamentar descartou qualquer possibilidade de disputar a prefeitura de Sinop e afirmou que percorreu, nos últimos dois meses, 92 municípios montando chapas de candidatura.

## Gisela Simona convoca audiência para tratar direito do consumidor



A deputada Gisela Simona (União) abriu um requerimento para audiência pública que debaterá golpes contra consumidores na Comissão de Defesa do Consumidor dia 26 outubro em Brasília. A audiência vai reunir representante do Banco Central do Brasil, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Associação Brasileira dos Procons (Procons Brasil) Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Ministério Público (MPCOM) defensoria Pública (Nudecon) e Delegacia do Consumidor de Mato Grosso (Decon).

## Com apoio da bancada, Barra do Bugres recebe caminhões



A prefeita de Barra do Bugres Azenilda Pereira recebeu no dia 20 de outubro, quatro caminhões caçamba, truca-dos, traçados e automáticos, oriundos do Governo Federal, adquiridos através de emendas parlamentares do deputado federal Coronel Assis e do senador Jayme Campos.

## Buzetti nega acordo para rodízio no Senado



A senadora Margareth Buzetti (PSD) negou no dia 24 de outubro, por meio de nota, a existência de um acordo entre suplentes para assumir a vaga do ministro da Agricultura Carlos Fávaro no Senado Federal. José Carlos Lacerda, segundo suplente, tem espalhado a informação sobre esse rodízio, que teria sido firmado em acordo no ano passado, durante ato de filiação ao PSD. No entanto, a senadora negou a informação.

“Em primeiro lugar, é um equívoco se falar em rodízio, uma vez que não há legislação que permita e nem o próprio regimento interno do Senado fala sobre isso”, disse.

## Medeiros é apontado como o parlamentar mais influente nas redes sociais de MT e 18º do País



Foto: Jonas Pereira/Agência Senado

O deputado federal José Medeiros (PL-MT) é o parlamentar de Mato Grosso mais influente nas redes sociais, conforme levantamento feito pelo Instituto FSB Congresso no período de 2 a 8 de outubro deste ano. A pesquisa apontou ainda, que entre os 513 deputados federais, Medeiros aparece em 18 no ranking dos 20 mais influentes da Câmara Federal, sendo o único de Mato Grosso.

O deputado mato-grossense tem mais de 907 mil seguidores nas redes sociais Facebook, Twitter, Tik Tok e Instagram, sendo o político com mandato de Mato Grosso com mais seguidores nas redes.

## 10 senadores questionam lei para estadualizar parque

A Lei nº3.649 de autoria da senadora Margareth Buzetti (PSD), que prevê a estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, foi questionada por dez senadores da República. O recurso foi protocolado na noite de 23 de outubro e deverá frear a tramitação acelerada da proposta apoiada pela bancada mato-grossense que conta com os nomes de Jayme Campos (União) e Mauro Carvalho (União).

Entre os senadores que recorreram está o nome de Randolfe Rodrigues (REDE-AP), Beto Faro (PTPA), Jorge Kajuru (PSB-GO), Teresa Leitão (PT-PE), Paulo Paim (PT-RS), Rogério Carvalho (PT-SE), Jaques Wagner (PT-BA), Humberto Costa (PT-PE), Fabiano Contarato (PT-ES) e Augusta Brito (PT-CE).



# Novas leis promovem saúde, inclusão e qualidade de vida para os 60+



Foto: Fabrício Rodrigues.

O Estado de Mato Grosso terá três novas leis que têm como foco a saúde, a inclusão e qualidade de vida dos idosos.

**ALMT busca diversificar o olhar sobre a pessoa idosa, trazendo para o Parlamento discussões que vão desde o mercado de trabalho até temas como violência, saúde e cuidados**

**Lais Costa Marques**

Vinte anos após a publicação do Estatuto do Idoso, novas leis e iniciativas do Parlamento estadual dão continuidade ao processo de atualização legislativa a fim de garantir o cumprimento dos direitos das pessoas com 60 anos ou mais. No mês de

outubro, o governo do Estado de Mato Grosso sancionou três leis, apresentadas e aprovadas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), com foco na saúde, inclusão e qualidade de vida dos idosos mato-grossenses.

O trabalho dos deputados estaduais busca diversificar o olhar sobre a pessoa idosa, trazendo para a Casa de Leis discussões que vão desde o mercado de trabalho para as pessoas com mais de 60 anos até temas como violência e cuidados. Entre as leis aprovadas no último

**“Iniciativas como essas são importantes, pois a nossa população está mudando, a pirâmide etária está invertendo e a população idosa está crescendo e vivendo mais. As políticas públicas precisam se voltar para essa população, para que vivam melhor, para prevenir a incidência e a gravidade de doenças”, defendeu o médico neurologista José Alexandre Borges de Figueiredo.**



dia 2 de outubro, está a Lei 12.258/2023, que trata da política de estímulo à atividade do cuidador de idosos.

Apresentada pelo deputado Eduardo Botelho (União), a iniciativa tem o objetivo de incentivar a formação de cuidadores de idosos, contribuir para o fortalecimento da profissão e para a melhoria da rede de atenção prestada, além de estimular a realização de palestras e cursos e incentivar a criação de fóruns meio de fortalecer o ofício.

De iniciativa do deputado Valdir Barranco (PT), a Lei 12.260/2023 institui a política estadual de enfrentamento à doença de Alzheimer e de outras enfermidades mentais. De acordo com o médico neurologista José Alexandre Borges de Figueiredo, o Alzheimer é uma doença degenerativa que acomete, em grande maioria, pessoas com 70 anos ou mais e, por isso, estabelecer políticas para prevenção ou diagnóstico precoce tem impactos diretos na qualidade de vida dos idosos.

“Iniciativas como essas são importantes, pois a nossa popula-

ção está mudando, a pirâmide etária está invertendo e a população idosa está crescendo e vivendo mais. As políticas públicas precisam se voltar para essa população, para que vivam melhor, para prevenir a incidência e a gravidade de doenças”, defendeu Borges de Figueiredo.

Com a finalidade de promover a inclusão digital dos matogrossenses com mais de 60 anos, a Assembleia Legislativa aprovou e o Governo de Mato Grosso sancionou a Lei nº 12.261/2023, que cria política pública de incentivo e educação tecnológica para a terceira idade, denominada Terceira Digital.

Também foi publicada a Lei 12.259/2023, de autoria do deputado Dr. Eugênio (PSB), que institui a política estadual de fortalecimento de vínculos familiares e garantia de convivência familiar. Entre os pontos definidos na lei, está o reconhecimento no cuidado e na proteção de pessoas idosas e no fomento a ações governamentais que respeitem o projeto familiar no que se refere ao acesso à proteção de pessoas idosas.

## TCE reconhece gestão da prefeitura de Barra do Bugres

A prefeita de Barra do Bugres Azenilda Pereira esteve na manhã desta quarta-feira (18) em Cuiabá, no Auditório Conselheiro Lenine de Campos Póvoas, onde recebeu o Diploma de Honra ao Mérito e o Prêmio Rui Barbosa de Qualidade de Gestão concedido pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso. O prêmio foi concedido aos gestores públicos que contribuíram junto ao TCE-MT para alçar a administração pública do estado e dos municípios no nível de referência nacional em qualidade de gestão e prestação de bons serviços à população.

O reconhecimento destaca Barra do Bugres como um dos 118 municípios de Mato Grosso, que apresentaram os Melhores Resultados de Políticas Públicas, de acordo com o Sistema de Controle Interno do TCE-MT.



## Projeto de Lei garante moradia em MT



Está em tramitação na ALMT, o Projeto de Lei N° 1940/2023, de autoria do deputado estadual Fabio Tardin (PSB), que acrescenta o art. 5-A da Lei N° 12.083/2023 e institui o "Programa Reencontro" em Mato Grosso. A medida irá garantir o acesso a moradias temporárias para a população em situação de rua no Estado.

O projeto prevê a entrega de unidades habitacionais modulares e transitórias, que serão destinadas no período máximo entre 12 e 24 meses. A proposta é contribuir para a reconstrução de uma autonomia pessoal e proporcionar a estas pessoas a reinserção na sociedade.

## Deputados aprovam em segunda votação PLC que trata do sistema ferroviário

Os deputados estaduais de Mato Grosso aprovaram, em segunda votação, durante sessão ordinária no dia 18 de outubro, o Projeto de Lei Complementar 41/2021, Mensagem 137/2021, do Governo do Estado, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 685, de 25 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Sistema Ferroviário do Estado (SFE-MT) e sobre os regimes de exploração dos serviços de transporte ferroviário de cargas e de passageiros.

O PLC 41/2021, que foi aprovado com 16 votos favoráveis nos termos do Substitutivo Integral nº 5, prejudicando os substitutivos integrais 01, 02, 03 e 04, bem como as emendas 01 e 02, segue agora para votação em redação final.



Foto: J. Silveira/ALMT

## Sessão especial destaca trabalho de pessoas e instituições em MT



Foto: Daniel Meneguini

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) homenageou cidadãos e instituições com relevantes trabalhos para a sociedade durante sessão especial no dia 16 de outubro. Representantes das forças de segurança, de órgãos ligados aos setores ambiental e fundiário, e institutos de pesquisa estiveram entre 85 homenageados.

A sessão especial foi requerida pelo deputado Dilmir Dal Bosco (União), líder do governo da ALMT e representante da região médio-norte do estado. De acordo com o parlamentar, a Casa tem como uma de suas atribuições reconhecer o trabalho daqueles que atuam pelo bem-estar coletivo e pelo desenvolvimento. “Muitos cidadãos dedicam seu tempo, colocam em risco suas vidas, para garantir o bem-estar do outro e muitos fazem isso anonimamente. Então, o mínimo que podemos fazer por quem produz e faz muito por nosso estado”.

## Moacir Couto assume cadeira na ALMT

O suplente de deputado estadual Moacir Couto Filho (PP) assumiu, durante sessão ordinária no dia 11 de outubro, na Assembleia Legislativa, a cadeira parlamentar do deputado Paulo Araújo (PP), que se licenciou da Casa de Leis por 121 dias.

Empresário, Moacir Couto Filho é o segundo suplente do PP e tem base política na região do Vale do Araguaia. O primeiro suplente da vaga, médico Arnaldo Xavier, de Mirassol D'Oeste, cedeu espaço para que Couto Filho estresse na Assembleia e representasse a região do Araguaia, que conta apenas com um deputado, o médico Dr. Eugênio, de Água Boa.



Foto: JI Siqueira/ALMT

## Ministro do STJ recebe título de cidadão mato-grossense na ALMT



Foto: Helder Faria

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marco Aurélio Buzzi foi homenageado com o título de cidadão mato-grossense e a comenda Dante de Oliveira pela ALMT. Ao agradecer as homenagens, Buzzi destacou a história de Mato Grosso e o papel assumido pelo estado no desenvolvimento econômico do país. Disse, ainda, que as honrarias recebidas fizeram com que ele se recordasse dos avós e demais familiares que tiraram da terra o seu sustento. “Foi o trabalho que construiu esse estado pujante, que hoje se destaca na produção de grãos e é fator decisivo no equilíbrio da economia nacional”, afirmou o ministro.

## Cavalhada pode se tornar Patrimônio Cultural Imaterial

A Cavalhada de Poconé, município localizado a 102 km de Cuiabá, poderá ser tornar Patrimônio Cultural Imaterial de Mato Grosso. O Projeto de Lei (PL) 1562/2023, que torna a festa religiosa e cultural, recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) durante a 26ª reunião ordinária, realizada no dia 10 de outubro.

Além da matéria, outros 27 projetos estavam na pauta, porém cinco foram retirados a pedido do autor ou do relator da proposta. A reunião dessa terça-feira foi presidida pelo vice-presidente da CCJR, deputado Dr. Eugênio (PSB), e contou com a presença dos deputados Elizeu Nascimento (PL) e Diego Guimarães (Republicanos).



Foto: Ronaldo Mazza

## Comissão de Saúde recebe balancete financeiro e orçamentário da SES

Os integrantes da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa receberam a equipe técnica da Secretaria de Estado de Saúde (SES), que mostrou o balancete financeiro e orçamentário da pasta referente ao segundo quadrimestre de 2023.

Após a apresentação dos técnicos, os deputados não gostaram dos dados explanados pela SES e ficou acertado que, o presidente da comissão, deputado Lúdio Cabral (PT), vai apresentar um requerimento aos demais parlamentares pedindo a convocação do secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, para tratar especificamente da questão. Também serão propostas novas audiências públicas para discutir a judicialização na saúde, processo de regulação e a necessidade de fazer um planejamento da rede de serviço estadual por região.



Foto: JL Siqueira/ALMT

# Eleições 2024: Saiba quais municípios de MT podem aumentar o número de vereadores

Com base no Censo do IBGE, o g1 fez um levantamento considerando o aumento populacional de todos os municípios do estado e as regras da Constituição

Caroline Mesquita/ G1 MT

**A**um ano para as eleições municipais, Mato Grosso tem 20 municípios que podem aumentar o número de cadeiras na Câmara de Vereadores, considerando o crescimento populacional apontado pelo Censo 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) neste ano. No dia 21 de outubro, a Câmara Municipal de Cuiabá apresentou um projeto e aumentou de 25 para 27 o número de parlamentares.

Em 2024, os eleitores devem votar para eleger prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Os municípios podem aprovar a ampliação de cadeiras nas câmaras até o fim deste ano. As novas vagas já estarão valendo para as eleições e a posse dos eleitos será em janeiro de 2025.

O G1 fez um levantamento considerando o aumento populacional de cada município. Das 141 cidades de Mato Grosso, 91 tiveram crescimento no número de habitantes. No entanto, apenas 20 cresceram o suficiente para pedir o



Em 2024, os eleitores devem votar para eleger prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

## Confira quais municípios podem aumentar o número de vereadores:

- Alta Floresta – pode aumentar de 13 para 15 vereadores;
- Brasnorte – pode aumentar de 9 para 11 vereadores;
- Cáceres – pode aumentar de 15 para 17 vereadores;
- Campo Novo do Parecis – pode aumentar de 9 para 13 vereadores;
- Confresa – pode aumentar de 11 para 13 vereadores;
- Cuiabá – pode aumentar de 25 para 27 vereadores;
- Diamantino – pode aumentar de 9 para 11 vereadores;
- Juara – pode aumentar de 9 para 13 vereadores;
- Lucas do Rio Verde – pode aumentar de 9 para 17 vereadores;
- Matupá – pode aumentar de 9 para 11 vereadores;
- Mirassol D'Oeste – pode aumentar de 9 para 11 vereadores;
- Nova Mutum – pode aumentar de 9 para 15 vereadores;
- Peixoto de Azevedo – pode aumentar de 11 para 13 vereadores;
- Pontes e Lacerda – pode aumentar de 11 para 15 vereadores;
- Primavera do Leste – pode aumentar de 15 para 17 vereadores;
- Querência – pode aumentar de 9 para 11 vereadores;
- Sapezal – pode aumentar de 9 para 11 vereadores;
- Sinop – pode aumentar de 15 para 21 vereadores;
- Sorriso – pode aumentar de 11 para 17 vereadores;
- Tangará da Serra – pode aumentar de 14 para 17 vereadores.

## Em 2024, os eleitores devem votar para eleger prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Os municípios podem aprovar a ampliação de cadeiras nas câmaras até o fim deste ano. As novas vagas já estarão valendo para as eleições e a posse dos eleitos será em janeiro de 2025.

aumento de vereadores, devido as faixas de número máximo permitido, segundo a Constituição.

Dos 20 municípios citados acima, quatro já aprovaram o aumento: Alta Floresta, Cuiabá, Nova Mutum e Querência. Porém, em Nova Mutum, a Câmara informou que o projeto já havia sido considerado antes do Censo do IBGE e que, por isso, serão 13 vereadores para as eleições do ano que vem.

Campo Novo do Parecis e Lucas do Rio Verde também apresentaram a proposta, mas foi reprovada. A maioria dos vereadores votaram para manter o número atual. Com isso, as duas cidades seguem com nove vagas para as eleições 2024.

Outros oito municípios informaram que estão em fase de discussão e avaliam se será apresentado algum projeto em relação ao acréscimo de parlamentares. São eles: Cáceres, Diamantino, Matupá, Peixoto de Azevedo, Primavera do Leste, Sinop, Sorriso e Tangará da Serra.

Já Brasnorte, Confresa, Juara e Pontes e Lacerda nem chegaram a discutir sobre a possibilidade.

A reportagem não conseguiu contato com as Câmaras Municipais de Mirassol D'Oeste e Sapezal.

### Como é o processo?

A aprovação do acréscimo de vereadores só é possível, conforme o aumento populacional de cada município. Com o Censo realizado no ano passado, o número de habitantes de cada cidade foi atualizado.

A lei federal diz que municípios de até 15 mil habitantes podem ter nove parlamentares nas Câmaras Municipais. Acima de 15 mil até 30 mil habitantes, o número pode subir para 11 parlamentares.

### Existe um prazo para que as cidades possam aprovar esse projeto?

Segundo o advogado, professor e mestre em Direito Constitucional Rodrigo Cyrineu, quando se fala de alterações eleitorais é um ano antes das eleições, porém, a aprovação também pode ser feita na legislatura anterior.

"O aumento do número de vagas não entra nessa condicionante constitucional, porque o reflexo na votação é indireto. Então, fala-se em ano anterior, mas quando se fala de questões parlamentares municí-

pais, o aumento também pode ser no ano anterior ao da eleição, ou seja, até 31 de dezembro de 2023", disse.

Se o acréscimo do número de vereadores é benéfico ao município, o professor explica que depende da particularidade de cada cidade.

"Se a receita está positiva para bancar esse gasto, eu acho válido porque o papel dos vereadores de fiscalizar o Executivo seria mais bem desempenhado com mais vereadores", contou.

Em Cuiabá, por exemplo, o salário de um vereador é de R\$ 18.991,18, além de R\$ 19 mil em verba indenizatória e remuneratória. Os parlamentares também recebem auxílio saúde de R\$ 2.278,94 e uma gratificação de desempenho de atividade em comissão permanente, que passa de R\$ 6.646,91. Somados, sem contar os descontos de Imposto de Renda e INSS, os pagamentos passam de R\$ 47.145,60.

Além do salário dos vereadores, há a folha salarial de cada gabinete e os custos da estrutura do local.

# Câmara de Cuiabá homenageia conselheiros do Tribunal de Contas do Estado

Durante o evento, foram entregues honrarias aos conselheiros e aos procuradores de contas



Secom - Câmara Municipal de Cuiabá

O plenário da Câmara de Cuiabá promoveu, no dia 25 de outubro, uma sessão solene para homenagear os 70 anos do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MT). Durante o evento, foram entregues honrarias aos conselheiros e aos procuradores de contas.

“É uma honra muito grande receber aqui os conselheiros e os servidores daquela Casa. Trata-se de uma homenagem extremamente justa, por tudo que fazem, já fizeram para a nossa cidade e o estado de Mato Grosso. Além do mais, nós temos alguns que hoje estão conselheiros, mas que tiveram a sua vida pública iniciada nesta casa como vereador. Hoje galgaram passos e estão no Tribunal de Contas, representando e defendendo os interesses públicos”, disse o presidente da Câmara de Cuiabá, Chico 2000 (PL).

Ele destacou a necessidade de aproximar as relações entre a Câmara e a TCE, pois há um aprendizado dos vereadores com a experiência dos servidores e os conselheiros da Corte de Contas.

“Somos orientados pela forma de conduzir os recursos públicos. Então, nós só temos a ganhar e quem

ganha com isso é Cuiabá, é o Estado, com um Tribunal de Contas respeitado e homenageado neste momento pelos seus 70 anos”, argumentou Chico.

Para o presidente do TCE/MT, conselheiro José Carlos Novelli, a honraria proposta pela Câmara de Cuiabá

**Para o presidente do TCE/MT, conselheiro José Carlos Novelli, a honraria proposta pela Câmara de Cuiabá foi recebida com alegria total por todos os conselheiros e servidores do Tribunal. Ele ainda destacou que sua gestão 2022/2023 está sendo concluída com muitas realizações em prol da sociedade mato-grossense.**

foi recebida com alegria total por todos os conselheiros e servidores do Tribunal. Ele ainda destacou que sua gestão 2022/2023 está sendo concluída com muitas realizações em prol da sociedade mato-grossense.

“Já entregamos 200 diplomas de MBA para servidores municipais para dar continuidade ao Gerenciamento do Planejamento Estratégico (GPE). Centro e seis municípios já receberam o mapa do planejamento estratégico de 12 anos lá no Tribunal de Contas, na Escola de Contas. Essa é a segurança que os gestores têm o apoio do Tribunal de Contas para a realização do planejamento estratégico, da execução das ações em prol da sociedade, da melhoria da gestão pública e de serviços de qualidade para a sociedade mato-grossense”.

Ele ressaltou que essas ações adotadas pelo TCE são para continuidade das políticas de estado, pois as gestões públicas encerram em quatro anos e precisa ser dada a continuidade no mandato seguinte.

“O prefeito é eleito por quatro anos e tem a possibilidade de uma reeleição, mas depois não tem mais continuidade administrativa. Nós temos o princípio funcional, que obriga o gestor a continuar trabalhando e esse planejamento de 12 anos, mesmo que seja um caso de uma prefeitura, em que o prefeito foi reeleito. Automaticamente, o outro prefeito que o substitui tem con-

dições de dar continuidade às políticas públicas em prol do cidadão”.

O conselheiro Sérgio Ricardo, que foi vereador em Cuiabá, disse que sente orgulhoso de poder voltar à Câmara como conselheiro, em uma solenidade de dos 70 anos do TCE/MT.

“Quero parabenizar essa Casa, o presidente Chico 2000 e a todos os servidores por essa homenagem ao Tribunal de Contas. Todos os conselheiros estão aqui e estamos alegres por essa iniciativa”.

Ex-vereador em Várzea Grande por 4 anos, o conselheiro Campos Neto também era servidor do Tribunal de Contas, deputado estadual por 10 anos e agora completa 15 anos como conselheiro do TCE/MT.

“O que me orgulha muito, até por seguir a carreira do meu falecido pai e que tenho muita esperança em fazer coisas boas para nós. Voltar ao parlamento me deixou muito emocionado. Nos anos 70 e 80, meu pai era deputado, então eu brincava aqui nos corredores, nas salas, com os funcionários, que me conhecem ainda daquela época e, hoje, ser homenageado só estimula a gente a trabalhar, a ter mais responsabilidade e está sem-

pre muito amigo do bem”, disse recordando da época que a Assembleia Legislativa funcionava no prédio atual da Câmara de Cuiabá.

O procurador do Ministério Público de Contas, Allison Carvalho de Alencar, comentou sobre a importância da Câmara de Cuiabá, uma casa que também utiliza os serviços do Tribunal de Contas, do Ministério Público de Contas.

“A Câmara Municipal de Cuiabana é a grande parceira do Tribunal de Contas na fiscalização da administração pública cuiabana. E nessa missão, nessa função, a nossa parceria é sempre efetiva, trocando informações e conhecimento. É uma grande honra estar recebendo hoje mais esse reconhecimento, que vem na verdade da população cuiabana através dos seus representantes. Sairemos daqui fortalecidos, estaremos sempre à disposição da Câmara Municipal para entregarmos melhores políticas públicas para a sociedade cuiabana”.

Em nome de todos os vereadores, o vereador Luis Cláudio (PP), parabenizou os conselheiros e os servidores do TCE/MT pelo trabalho de capacitação e orientação aos 141 municípios e

aos entes estaduais. Ele também lembrou o afastamento de parte dos conselheiros dos seus cargos e a recondução dos mesmos, cinco anos depois.

“O Supremo Tribunal Federal reconduziu vossas excelências, de onde nunca deveriam ter saído, de onde nunca essa violência deveria ter acontecido. O nosso presidente Chico 2000 foi muito feliz, junto com todos os vereadores, de trazer esse reconhecimento a homens de valor do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Os senhores não são o Tribunal de Contas que só aponta o dedo, mas que orienta esta Câmara, e assim com todas as casas e os entes da Federação do Estado. Muito obrigado em nome dos vereadores desta casa”.

Também participaram da cerimônia os vereadores Rogério Varanda (MDB), Maysa Leão (Republicanos), Lilo Pinheiro (PTD), Ricardo Saad (PSDB), Dilemário Alencar (Podemos), Demilson Nogueira (PP), Johnny Eversson (PDT), Jeferson Siqueira (PSD), Kássio Coelho (Patriota), além do deputado estadual Juca do Guaraná Filho (MDB).

### Barra do Bugres recebe maquinários



No dia 20 de outubro, o vereador Pepe Motorista (PSB), representando o deputado federal Coronel Assis, e o secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, Geovanny Almeida, participou da entrega de três caminhões caçambas a Prefeitura de Barra do Bugres, feita pela prefeita Azenilda Pereira (MDB). Os caminhões são oriundos de emendas parlamentares do deputado federal Coronel Assis (UB). De acordo com o vereador, essa demanda é uma reivindicação feita por ele, no início do mandato do deputado. “O Coronel Assis vem atendendo os pedidos de Barra do Bugres, demonstrando seu reconhecimento pelos votos conquistado aqui”, ressaltou.

## Lucas do Rio Verde terá cadastro único para pessoas com Autismo

Instituir um cadastro único das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) para orientar as políticas públicas desenvolvidas no município de Lucas do Rio Verde. Esse é o intuito de um projeto de lei apresentado em conjunto pelos vereadores Wagner Godoy e Márcia Pelicioli.

A proposta estabelece um banco de dados a partir de informações apresentadas por hospitais, clínicas e unidades de saúde, das redes pública e privada, em que as pessoas com TEA recebem atendimento. O cadastro também poderá ser alimentado com dados obtidos com entidades de direito privado, organizações da sociedade civil e outras associações e centros que prestam atendimento aos pacientes autistas. O cadastro, segundo os autores do projeto, irá unificar as informações quantitativas, com intuito de identificar as pessoas com TEA, “para fins de políticas públicas e disponibilização de atendimento na rede pública de saúde e de educação do município”.



Foto: Rayan Nicácio

## Varanda celebra indicação atendida pelo Executivo



Foto: Donatto Aquino

O vereador Rogério Varanda (MDB) celebrou as indicações atendidas pela Prefeitura de Cuiabá, que beneficiaram os moradores dos bairros Parque Cuiabá e Jardim Tropical. No Parque Cuiabá, foram realizadas a operação tapa buracos em toda extensão da Avenida Valter Gallucci, que onde é realizada a feira do bairro. O mesmo serviço foi realizado na Avenida 2. Os moradores do bairro reclamavam que os locais estavam cheio de buracos, prejudicando o trânsito e danos aos veículos.

Também foi atendido o pedido do vereador para a limpeza das vias públicas e calçadas no bairro Jardim Tropical, pois o local estava todo sujo e necessitava de limpeza.

## Presidente da Câmara de Alta Floresta fiscaliza patrolamento da MT-325



O presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Alta Floresta, Oslen Dias dos Santos – Tuti (PSDB), fiscalizou no dia 20 de outubro o patrolamento da Rodovia MT-325 sentido Porto de Areia. De acordo com o presidente do Poder Legislativo, duas motoniveladoras estão fazendo o patrolamento da rodovia estadual deixando passagem para água e eliminando os pontos críticos.

“O período de chuva se aproxima e será intenso a partir de novembro, então, toda atenção que o poder público der para nossas estradas vicinais e rodovias estaduais será extremamente importante. Hoje, acompanhamos este trabalho importante que está sendo feito na MT-325 e continuaremos fiscalizando para que a população possa contar com estradas em boas condições de trafegabilidade e o nosso setor produtivo tenha condições de transportar a produção”, ressaltou Tuti.

---

## Câmara Municipal de Cáceres participa de reunião com grupo chinês que pretende se instalar na ZPE

A Câmara de Cáceres participou de uma reunião com empresários chineses, da empresa Ningxia Eppen. Eles pretendem instalar uma indústria de alimentos na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Mato Grosso, que fica em Cáceres.

Os chineses pretendem investir mais de meio milhão de dólares para produzir aminoácidos por meio do processamento de milho. Mato Grosso é o maior exportador de milho do Brasil e um dos maiores do mundo.

Mas, para fechar o negócio, a comitiva chinesa buscou se inteirar quanto a logística da região de Cáceres, bem como o acesso e valor de insumos e combustíveis, para viabilizar o negócio. Tudo isso foi explicado pelo engenheiro civil, professor Adilson Reis - uma das maiores sumidades no país, sendo reconhecido internacionalmente, quando o assunto se trata de ZPE e seus benefícios tanto à população quanto às empresas que se instalam no local.

Os chineses também fizeram uma apresentação geral sobre como funciona a atividade da



empresa, bem como o faturamento anual, que gira em torno de mais de um bilhão de dólares. Em Cáceres, no caso da efetivação da instalação da fábrica, a promessa é a geração de mais de mil empregos no município e região.

## Projeto de Graciele cria mapa das violências contra a mulher em Sinop

De autoria da vereadora Professora Graciele (PT), os vereadores aprovaram o Projeto de Lei que institui o “Mapa das Violências contra a Mulher” no município de Sinop. A proposta foi aprovada durante a 34ª sessão ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 16 de outubro.

De acordo com a redação do Projeto, o Mapa das Violências contra a Mulher consiste na sistematização de dados estatísticos sobre as mulheres vítimas de violência atendidas no Município de Sinop, que deverá ser publicado anualmente pelo Poder Executivo no Diário Oficial na semana que antecede o dia 08 de março, em que se celebra o Dia Internacional da Mulher.

A proposta da construção do mapa das violências próprio do município é poder consolidar os dados a respeito dos casos e das vítimas e possibilitar a construção de políticas públicas de enfrentamento. Atualmente, os dados referentes a violências praticadas contra mulheres são



única e exclusivamente levantados e publicizados, sobretudo, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (SESP-MT). O Projeto segue agora para sanção do prefeito.

## Campo Novo do Parecis: Comitiva de Vereadores de Sapezal visitam aterro sanitário e conhecem projeto em implantação no município




No dia 18 de outubro, uma comitiva de vereadores do município de Sapezal visitou a Câmara de Vereadores e o aterro sanitário de Campo Novo do Parecis, com o objetivo de conhecer de perto o projeto que está sendo implantado em nossa cidade. A visita teve a finalidade de entender as práticas que estão sendo adotadas para a gestão dos resíduos sólidos.

A comitiva foi recebida pelo presidente da Casa de Leis, Joaquim Equip e o vereador Marcio Nascimento. Também acompanhou a visita o sócio proprietário da MFM Soluções Ambientais, Fausto Moura.

“Importante essa visita dos colegas vereadores para verificar como anda a instalação das novas células para o aterro. É muito importante essa parceria com os municípios vizinhos de Sapezal, Campos de Júlio, Brasnorte e São José do Rio Claro, para que possamos receber os resíduos e reduzir os gastos para Campo Novo”, disse o vereador Marcio Nascimento.



**NEWLINE**  
SISTEMAS DE SEGURANÇA



Mudou e precisa de um  
Sistema de Segurança inteligente?

**Conte com a New Line**